

SUS na hora da virada

AGNELO QUEIROZ

O Sistema Único de Saúde encontra-se na encruzilhada decisiva da sua história. Ou se consolida rompendo com as aves de rapina que espoliam seus parcos recursos e fazem fortuna às custas das doenças do povo brasileiro, ou se tornará definitivamente refém da voracidade insaciável desses grupos, organizados como iniciativa privada para viver às expensas do orçamento público.

A saúde é o estado de completo bem estar físico, mental e social do indivíduo. Trata-se, pela sua definição, da primeira e maior obrigação do Estado. Não pode ser comprada como um produto qualquer. Nem é mercadoria para rendosas transações.

Por mais que queiram os iluminados da concepção neo-liberal do Estado, por mais que elaborem os teóricos da economia globalizada, por mais que avance a visão empresarial privatista da sociedade, a promoção, proteção e recuperação da saúde dos cidadãos continuarão sendo um direito social, que só as instituições públicas poderão assegurar com a reserva ética e o compromisso moral inerentes aos objetivos mais nobres da convivência humana.

Os países desenvolvidos entenderam logo a importância de uma estrutura pública de saúde como instrumento insubstituível para a viabilização desse direito fundamental.

A Inglaterra organizou sistema exemplar que serviu de modelo a muitas regiões do mundo. Da mesma forma, Itália, França, Espanha e Bélgica, entre outros, fortaleceram suas instituições públicas a fim de que pudessem responder à demanda da população com agilidade, eficiência e completude. Cuba mostrou, no espaço de uma década, que a saúde de toda uma população pode ser elevada a níveis ideais através da mobilização exclusiva de recursos públicos, sem nenhuma interferência de interesses privados.

Já nos Estados Unidos, onde a medicina particular se sobrepõe à rede estatal, a realidade de saúde não é nada animadora. O número de americanos excluídos do direito à assistência médica, marginais do sistema, é cada vez maior. O custo do setor é o mais alto do mundo, mas os benefícios que promove deixam a desejar. O "Relatório Clinton" revelou os gastos perdulários da saúde, os procedimentos diagnósticos e terapêuticos executados sem indicação, as internações desnecessárias, o retrato, enfim, do impasse que circunda o sistema de saúde daquela sociedade, servindo de alerta para todos os países que procuram reproduzi-lo como modelo.

A promiscuidade que se criou no Brasil entre órgãos públicos e medicina privada é, sem dúvida, uma das causas da degradação da assistência

à saúde em nosso País. Os recursos orçamentários destinados à promoção do bem estar físico, mental e social do cidadão não podem continuar sendo combustível para lucro fácil dos grupos que, a título de "aliados do Estado", só pensam no seu enriquecimento pessoal. É que tal atividade não comporta lucro sem sacrifício da qualidade dos serviços, sem o desrespeito a princípios éticos elementares. As vítimas de Caruaru são, na verdade, o resultado desta prática abominável em que a vida humana é mero detalhe diante da ambição dos empresários da medicina.

É hora de revermos esta aliança espúria que se estabeleceu na organização do Sistema Único de Saúde tornando-o prisioneiro dos grupos privados da medicina, cujos interesses são incompatíveis com a dimensão dos seus objetivos e a magnitude de sua abrangência.

A saúde da população deve ser desenvolvida por instituições públicas que sejam destinatárias exclusivas dos recursos orçamentários. Por isso, recursos humanos valorizados na exata medida da relevância do seu trabalho, é o único caminho que levará à reversão da realidade sanitária brasileira. O caminho oposto, isto é, a privatização da saúde, leva a Caruaru.